Expressões culturais na Lisboa revolucionária. Carlos Malheiro Dias, um cronista da cidade (1904-1913)

Cultural Expressions in revolutionary Lisbon. Carlos Malheiro Dias, a chronicler of the city (1904-1913)

Teresa Sousa Nunes *
Universidade de Lisboa

Resumo

Entre 1904 e 1913, Carlos Malheiro Dias revelou-se um observador atento e crítico da realidade lisboeta, descrita nas páginas do *Comércio do Porto*. Intituladas "Cartas de Lisboa", as suas crónicas constituem um repositório relevante para a reconstituição dos ambientes culturais desenhados na atmosfera pré e pós revolucionária na capital. Sem perder de vista o ideário monárquico de Malheiro Dias, nunca enjeitado, nem o seu impacto nas avaliações apresentadas aos leitores do *Comércio do Porto*, o nosso objectivo consiste na caracterização das manifestações culturais ocorridas em Lisboa, atendendo a factores idiossincráticos do tecido urbano da capital como, de igual modo, às dinâmicas exógenas actuantes no período em análise.

Palavras-chave: Lisboa; Cultura; Revolução.

Abstract

Between 1904 and 1913, Carlos Malheiro Dias was an attentive and critical observer of the Lisbon reality, described in the pages of the *Comércio do Porto*. Entitled "Cartas de Lisboa", his chronicles constitute a repository relevant for the reconstitution of the cultural environments designed in the pre and post revolutionary atmosphere in the capital. Without losing sight of the monarchical ideals of Malheiro Dias, or its impact on the evaluations presented to readers of Comércio do Porto, our objective is to characterize the cultural manifestations that took place in Lisbon, taking into account idiosyncratic factors in the urban fabric of the capital As well as to the exogenous dynamics in the period under analysis.

Keywords: Lisbon; Culture; Revolution.

● **Enviado em: 30/05/2017**
● **Aprovado em: 28/06/2017**

* Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Introdução

Em meados da primeira década do séc. XX, Carlos Malheiro Dias aceitava o convite do *Comércio do Porto* para assegurar a rubrica "Cartas de Lisboa". Ao diário portuense de larga circulação dirigido por Bento Carqueja importaria menos a informação de natureza institucional e política, privilegiando as dimensões sociais e dinâmicas culturais da capital. A opção por Carlos Malheiro Dias encontrava explanação facilitada na naturalidade do autor, complementada pelo percurso profissional descrito entre a literatura, o teatro, o jornalismo e também a política. Nascido no Porto[1], no seio da burguesia comercial com ligações ao Brasil, Carlos Malheiro Dias frequentou o Curso Superior de Letras em Lisboa, entre os anos de 1896 e 1899, e ingressava nas fileiras do Partido Regenerador, em 1900. Eleito deputado pelo círculo de Viana do Castelo, no ano seguinte, Malheiro Dias daria prioridade à actividade de parlamentar e, posteriormente, de chefe de gabinete do Ministro das Obras Públicas, Conde de Paçô Vieira, em detrimento da carreira literária que se esboçava com a publicação dos seguintes romances: *O Filho das Ervas*, em 1900, *Os Teles de Albergaria*, em 1901 e *Paixão de Maria do Céu*, em Maio de 1902. Aquém do prelúdio auspicioso para o romance moderno em Portugal, estas obras valeram a crítica acérrima da *Revista Nova* ao jovem escritor sobre o qual impendiam as expectativas da sucessão feliz de Eça de Queiroz, desaparecido em 1900[2].

Os títulos supracitados integravam um elenco vasto e ambicioso de análise crítica da sociedade e cultura portuguesas oitocentistas, não concretizado pelo autor que se estreara na dramaturgia em 1897 com a peça *Corações de Todos*, recusada pela Companhia de Teatro de Lucinda Simões em face da impossibilidade de ser representada[3]. Recepção diferente estava reservada a *O Grande Cagliostro*, levada à cena no D.Amélia, a 15 de Novembro de 1905[4], pela qual viria a ser agraciado pelo Rei D. Carlos I com a Ordem de Santiago no decurso da quarta representação.

---

1 Carlos Malheiro Dias nasceu a 13 de Agosto de 1875, na Rua da Cedofeita. Filho primogénito de Henrique Malheiro Dias, natural do Porto, e Adelaide Carolina de Araújo Pereira, nascida no Rio Grande do Sul. Morreu em Lisboa, a 19 de Outubro de 1941. NUNES, Teresa. *Carlos Malheiro Dias, Um Monárquico entre os dois regimes*. Lisboa, Centro de História/Caleidoscópio, 2009, pp. 15-16.

2 A resposta e crítica ao *Filho das Hervas* é publicada na *Revista Nova*, sob o título de "O Pai das Hervas"Ano I, nº2, Lisboa, 25 de Abril de 1901.

3 O autor, no prólogo da edição desta peça, expõe as razões apontadas para esta recusa e argumenta criticamente a decisão tomada pela companhia. Carlos Malheiro Dias, *Corações de Todos*, Lisboa, Imp. Libânio da Silva, 1897. A propósito desta peça recusada, pronuncia-se Joaquim Madureira, *Impressões do Teatro. Cartas a um Provinciano e Notas sobre o joelho*, I Série, Lisboa, Ferreira e Oliveira, 1905.

4 Esta peça de Carlos Malheiro Dias, que não correspondeu ao êxito esperado pelo seu autor, será alvo de caricatura por parte de *O Século*, primeiro conotando o personagem principal com o Conde de Burnay (24 de Outubro de 1905) e depois atribuindo-lhe a intenção de atingir o Presidente da República Francesa, Loubet, então de visita a Lisboa (7 de Novembro de 1905).

Finda a experiência governativa, com a demissão do executivo regenerador, Malheiro Dias regressava à Câmara dos Deputados, como representante do círculo eleitoral de Viana do Castelo, na sequência das eleições de 26 de Junho de 1904[5]. Contudo, não se retirava do jornalismo, mantendo participação assídua nos órgãos oficiais do Partido Regenerador a saber, a *Tarde* e, principalmente, o *Notícias de Lisboa*, fundado por Hintze Ribeiro, a 16 de Janeiro de 1905, onde pontificou no domínio da intervenção política a par de outras figuras do partido como António Sérgio de Castro, Manuel Fratel, Alberto de Almeida Navarro, João Costa, Alberto Sequeira Bramão, Cristovão Aires, Eduardo Schwalbach Lucci, Higino Mendonça, José Joaquim Mendes Leal e António Maria de Queiroz Veloso[6].

As colaborações supra enunciadas, com uma natureza e objectivos partidários expressos, não se confundiam facilmente com o labor de Malheiro Dias para o *Comércio do Porto*, as já mencionadas "Cartas de Lisboa", igualmente perceptíveis ao público lisboeta, em particular a Silva Graça, responsável pelo jornal *O Século* que, instado por Eduardo Schwalbach, convidava o colunista para a direcção artística do magazine *A Ilustração Portuguesa*, em Janeiro de 1906. Aceite o convite resultante da recepção favorável do trabalho desenvolvido pelo autor nas páginas do *Comércio*, qual balão de ensaio para as actividades de análise cronística subsequentes, o exercício da direcção artística de *A Ilustração Portuguesa* viria a ecoar na concepção de "Cartas", demonstrada na afinidade metodológica e, em larga medida, temática.

Lisboa de Carlos Malheiro Dias

Em ambos os contextos editoriais, o objectivo de Carlos Malheiro Dias consistia no esforço contínuo de caracterização da cidade de Lisboa, retratada como personagem singular, cuja dissecação reportava a temporalidades e geografias mais ou menos distantes: "Quando, por ocasião do centenário da Índia, alguns persas vieram a Lisboa a convite do governo, o lisboeta parecia reconhecê-los e olhava-os, sem exagerado pasmo, como relações de infância. Um turbante de seda ou um fez escarlate, aparecendo entre cartolas e chapéus de coco, não faz voltar a cabeça senão ao forasteiro"[7]. Concomitantemente, a cidade surgia igualmente definida como figura compósita, formada por uma multiplicidade de realidades diferenciadas,

[5] Carlos Malheiro Dias é eleito deputado pelo círculo nº1, de Viana do Castelo, por vinte e dois mil e quatro votos, juntamente com António de Almeida Pinto Mota, Alberto Sequeira de Bramão, Manuel Afonso Espregueira, Luis José Dias e Gaspar de Queiroz Ribeiro de Almeida e Vasconcelos.

[6] *Correio da Noite*, 16 de Janeiro de 1905, p.1.

[7] DIAS, Carlos Malheiro. *Cartas de Lisboa*. III vol., Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1907, p. 60.

inconciliáveis mesmo, que se entrecruzavam na simultaneidade física e temporal da urbe: a lisboeta[8], a sua religiosidade pascal[9] em contraste com as varinas lisboetas da Murtosa e do seu papel na preservação das manifestações religiosas da cidade[10]; Lisboa das festas protocolares[11] e populares[12], por ocasião da visita de Afonso XIII a contrastar com a mobilização colectiva da capital na recepção ao Presidente Loubet[13]. Por último, a capital era caracterizada pelo efeito polarizador sobre os arredores e as províncias, conforme uma dimensão tentacular[14], cuja matriz unívoca se expressava na especificidade identária da urbe no confronto com o país. Assim, na perspectiva concebida por Carlos Malheiro Dias, a Lisboa do início do séc. XX "não se parece no seu aspecto, nos seus hábitos, na menor particularidade da sua vida, com a restante terra portuguesa"[15].

Os factores responsáveis pela diferenciação apontada residiam no crescimento demográfico da capital, visível a partir da década de 80 do séc. XIX, e exponenciado no contexto da crise económica e financeira ocorrida nos princípios do decénio seguinte[16]. As alterações em curso no sector agrícola português[17], conjugadas com a redução paulatina das exportações nacionais, reduziam a procura de mão de obra nos campos que, em larga medida, procuravam em Lisboa os recursos económicos que se esgotavam nas áreas mais ou menos limítrofes à capital[18]. Este influxo populacional espelhava-se na malha urbanística da cidade, caracterizada pela abertura de novas áreas residenciais em finais de Oitocentos.

Todavia, revelar-se-iam escassas e, simultaneamente, desadequadas ao poder de compra destes novos habitantes lisboetas cujos baixos rendimentos eram também uma consequência das condições financeiras, em vista da desvalorização da moeda e do reforço do proteccionismo alfandegário. A cidade conhecia a carestia continuada dos preços e as levas sazonais de desemprego, aplacadas pontualmente com as obras de recuperação urbana. Consequentemente, o tecido comercial de retalho, um dos alicerces das estruturas sociais e culturais da cidade, "de tradições tão laboriosas e honestas, vai modificando radicalmente o

8 Idem, ibidem, I vol., Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1904, pp. 74-76.
9 Idem, pp. 67-70.
10 Idem, ibidem, III vol., Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1907, pp. 13-14.
11 Idem, ibidem, I vol., Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1904, pp. 19-37.
12 Idem, pp. 46-49 e 51.
13 Idem, ibidem, III vol., Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1907, pp. 36-39.
14 Idem, ibidem, I vol., Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1904, p. 263.
15 Idem, p. 74.
16 FERNANDES, Paulo Jorge. "A Crise de fim de século e o balanço do Fontismo". In História Económica de Portugal. O Século XIX. II vol., Lisboa, ICS, 2005, pp. 413-419
17 PEREIRA, Miriam Halern. Livre Câmbio e Desenvolvimnto Económico. Portugal na segunda metade do século XIX, Lisboa, Cosmos, 1971.
18 RODRIGUES, Teresa Ferreira coord.. *História da População Portuguesa*. Porto, CEPESE/Afrontamento, 2009, pp. 345-416.

seu antigo carácter e adquirindo hábitos de bandolismo repugnante"[19], previsivel e brevemente disseminável ao pleno do território nacional.

Em vésperas da implantação do regime republicano em Portugal, a capital do país apresentava características singulares – fraco poder de compra, populações desenraizadas, instabilidade social e marginalidade – no contexto nacional, propiciadoras da adesão a fórmulas insurreccionais de contestação e da perfilha de novas formas de organização política. Segundo o autor, "O pão é caro? É certo. Mas a vida é alegre. Pode morrer-se de fome em Lisboa. Ninguém aqui morre de aborrecimento"[20].

Expressões culturais em Lisboa

As premissas de análise subjacentes às abordagens elaboradas por Carlos Malheiro Dias induziam o autor a conferir visibilidade a fenómenos culturais de natureza diferenciada os quais, embora associados a públicos distintos, encontravam uma proximidade inusitada num denominador comum, a saber, a manifesta cultura insuficiente das diversas camadas que compunham Lisboa nos primórdios do séc. XX. Partindo do pressuposto genérico de "a conversa é o melhor instrumento de avaliação para a cultura do indivíduo e da classe a que pertence"[21], o cronista enfatizava a incultura generalizada da capital.

Transversal na população lisboeta, esta realidade reflectia as mudanças políticas e sociais ocorridas no Portugal de Oitocentos, mormente o processo de substituição de elites resultante do advento do regime liberal. Se, por um lado, "a democracia, entregando o poder às classes liberais emancipando-o desta casta, resumiu o papel social da fidalguia"[22], por outro, a capital perdia o brilhantismo associado aos mecenas, e respectivas grandes colecções de arte, ao requinte dos bailes e às exigências dos públicos cultos nos teatros e na ópera: "no Portugal do séc. XIX não resta de pé nenhuma das grandes casas históricas. Em nenhuma república a devastação das aristocracias foi maior. O luxo – esse luxo hierárquico e nobre que foi sempre apanágio das grandes castas, desapareceu"[23]. Decerto não escasseavam fortunas em Portugal, chamadas ao exercício ilustrativo do cronista para a demonstração inequívoca do alcance qualitativo das mudanças suscitadas pelo surgimento da nova elite liberal; José Maria dos Santos, grande proprietário rural, "o primeiro lavrador português, vive com

[19] DIAS, Carlos Malheiro. *Cartas de Lisboa*. III vol., Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1907, pp. 87-88.
[20] Idem, p. 91.
[21] Idem, p. 26.
[22] Idem, ibidem, I vol., Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1904, p. 55.
[23] Idem, p. 243.

simplicidade em sua casa na Junqueira". Ou a família Sommer, habitando "sem ostentação e sem ruído, na sua casa no Príncipe Real"[24].

O impacto das modificações ocorridas na estrutura social do país durante o séc. XIX adquiria um efeito multiplicador nas vivências quotidianas da capital, alcançando de forma indistinta as esferas mais elevadas da representação do Estado e os segmentos menos favorecidos da sociedade lisboeta. As cerimónias protocolares transmutavam-se num "espectáculo enfadonho e quase sombrio"[25], fruto da "confusão de categorias e de classes que sempre e em toda a parte substrai às relações dos homens a cordialidade e o desembaraço que são a vida das sociedades"[26]. Em compensação, os leilões de colecções de arte mobilizavam o lisboeta comum, afatigado pela curiosidade em conhecer os recheios das casas e palácios da cidade. Em alternativa, afluia à Empresa Liquidadora, fundada em Fevereiro de 1895, "vastos armazéns de venda, para onde as falências, as doenças, as penhoras, as ruínas e partilhas lançam periodicamente os despojos sumptuosos ou vulgares da casa de Lisboa, e por onde tem transitado nestes últimos anos parte do mobiliário das grandes famílias"[27].

A dispersão do património artístico português, canalizado sem peias para os museus e coleccionadores estrangeiros desde 1875, constituía uma das preocupações do cronista, empenhado na sensibilização dos poderes públicos para a necessidade de promover um inventário nacional. A par da diversificação e do enriquecimento dos asservos museológicos da capital. "Sem monumentos de arte, nem notáveis museus, nem u opulento comércio, destituída de quase todos os grandes progressos com que se adornam as capitais do séc. XX", Lisboa destacava-se pelo Tejo, pelo bucolismo de Sintra e a "pastiche pretenciosa do Estoril"[28].

Tratava-se de uma caracterização propositadamente ligeira do cronista, ao qual não fora indiferente a constituição do museu dos Coches em Belém nem os esforços desenvolvidos por D.Amélia na concretização de um projecto cultural para a cidade onde "a casa de Bragança exposesse, com método e arte, as suas colecções históricas de equipagens, arreios, selas e librés"[29]. No entanto, estas apreciações deixavam antever o inconformismo de Malheiro Dias sobre a incúria do Estado no domínio da preservação dos monumentos e obras de arte nacionais. Relembrava, com particular acuidade, a oportunidade perdida com a recusa do Estado na aquisição do Palácio Foz que "teria permitido agrupar em salas maravilhosas todos

[24] Idem.
[25] Idem, p. 19
[26] Idem, p. 20. O autor não se poupava na caracterização dos bailes da Ajuda; na recepção oferecida a Afonso XIII "todos assistiram […] com um recolhimento que seria para desejar que conservassem na Igreja ao ouvir missa". Idem, p. 27.
[27] Idem, p. 101.
[28] Idem, ibidem. III vol., Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1907, p. 160.
[29] Idem, ibidem, I vol., Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1904, p. 309.

os objectos de arte ornamental existentes nas Janelas Verdes, que seriam exclusivamente dedicados à pintura. Poderia esse museu da Avenida igualar-se pela sua magnificente instalação, aos museus de Artilharia, em Santa Apolónia, e dos Coches, em Belém, permitindo que se desse às salas do museu Nacional uma disposição diferente, e talvez mesmo transferindo para as suas vastas dependências do rés-do-chão as aulas de pintura da Academia de Belas-Artes"[30].

Idêntico desconforto suscitava ao autor a manutenção do Palácio do Marquês da Foz. Sublinhe-se, contudo, a natureza parcial deste esforço, acompanhado de modificações substantivas na traça original do palácio e bem assim nos seus interiores, determinadas pela adaptação da estrutura a novas finalidades. Assim, um dos palácios mais sumptuosos de Lisboa, cenário dilecto da cultura e das artes – "o marquês empenhou-se, ao contrário, em coleccionar obras de arte, em ficar em Portugal modelos preciosos de mobiliário, de escultura, tapeçaria e de pintura, protegendo os artistas nacionais, dando trabalho aos pintores, escultores e arquitectos, educando uma geração de entalhadores habilíssimos e contribuindo poderosamente [...] para radicar nas inestéticas classes dirigentes o culto pela obra de arte" – metamorfaseava-se em legação diplomática dos Estados Unidos da América[31].

O tributo às representações diplomáticas dos países acreditados em Portugal espraiava-se em âmbitos diferenciados no quotidiano lisboeta, conforme o entendimento crítico do cronista. "Representantes da ciência da adaptação e da socialibilidade"[32], os diplomatas estrangeiros cumpriam uma função indelével em Lisboa: a de agentes actuantes e, simultaneamente, de guardiões do cosmopolitismo intrínseco à urbe que, ao cabo de séculos de contactos estreitos com outras gentes e culturas, soçobrava face às tendências modernizantes observadas na Europa de Oitocentos. A Lisboa, outrora de pendor universalizante, confrontava-se com a tarefa árdua de concretizar uma dimensão eminentemente europeia, capaz de transcender a memória das visitas de Estado, prolongadas nos assobios dos garotos da capital[33].

Tal a encruzilhada de Lisboa nos primórdios de Novecentos, corroborada nas observações do cronista sobre o número escasso de turistas europeus na capital portuguesa e, mais relevante, as capacidades de acolhimento da urbe a visitantes exigentes[34]. Se a exiguidade de recursos financeiros determinava uma intervenção claramente insuficiente dos

30 Idem, pp. 310-311.
31 Idem, pp. 63-64.
32 Idem, p. 58.
33 Idem, p. 40.
34 Idem, ibidem. III vol., Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1907, pp. 15-22.

poderes públicos, central ou locais, na projecção apelativa de Lisboa no contexto europeu, as dinâmicas sociais e culturais da cidade, verificadas nas últimas décadas do séc. XIX, repercutiam-se segundo uma lógica de descaracterização dissolvente. "Lisboa é hoje [1907] a menos característica das cidades da península e sem dúvida aquela em que com mais perseverança, de há trinta anos, a esta parte, uma população tenha trabalhado para apagar a orginalidade de costumes herdados e durante séculos mantidos"[35].

Os reflexos desta tendência observavam-se nas vivências religiosas de Lisboa que, das mais crentes do cristianismo, no final do séc. XVIII, se tranformava numa das mais irreverentes da Cristandade[36]. Apelava à influência do positivismo para justificar a eliminação de grande número de festividades religiosas na capital, uma asserção dificilmente compaginável com os elevados níveis de analfabetismo da sociedade lisboeta. Evocava, de igual modo, os efeitos da modernidade sobre a ancestralidade de tradições cuja integridade resultava exclusivamente do contributo actuante de entidades exógenas a estrutura clerical. Desta feita, a subsistência das quatro grandes procissões de Lisboa, Corpo de Deus, Nossa Senhora da Saúde e as procissões do Senhor dos Passos assentava na correspondência dos rituais referidos "a tradições sociais de hierarquia e de classe" a saber, do Rei, do exército e da nobreza[37].

Na primeira década de Novecentos, subsistiam outros fenómenos de religiosidade, a procissão marítima dos Círios para a Senhora da Atalaia e a romaria do Senhor da Serra, singularmente preservados através dos elos com comunidades oriundas de outras regiões do país que, há muito radicadas em Lisboa, reproduziam na capital, as vivências culturais da áreas de proveniência respectiva. Assim, à varina de Lisboa, natural da Murtosa, devia a capital a prevalência do culto e das formas lúdicas tradicionais associadas[38].

Idêntica projecção angariava o Entrudo na sociedade lisboeta dos primórdios do séc. XX. Contudo, a transversalidade social intrínseca ao Carnaval em Lisboa e o percurso descrito pela efeméride, de origem pagã, no decurso de Oitocentos concitavam as atenções de Carlos Malheiro Dias. Remontando ao início do séc. XIX, o cronista procedeu ao esforço de reconstituição histórica sintética do entrudo, uma festividade profana de convergência entre nobres e povo, à luz dos princípios da transgressão evasiva e, não menos importante, de crítica às convenções políticas e sociais. A referida confluência apreciava-se na figura do Chéché, "admirável criatura popular do Antigo Regime" do qual herdava a "cabeleira de

35 Idem, p. 160.
36 Idem, p. 157.
37 Idem, p. 154.
38 Idem, pp. 13-14.

estopa, laçarote no rabicho, a cómica luneta, o dístico obsceno do bicórnio, o facalhão inofensivo, a bengala distorcida, terminada por um chavelho de bode, a sua casaca de seda, os seus sapatos de fivela, o Chéché era a síntese ridícula, comicamente vingativa, do tempo do Intendente, da inquisição e da forca"[39].

Instrumento de contestação, o Chéché ingressava no Entrudo de Lisboa acalentado pelas aspirações liberais da plebe seduzida pelo anti-clericalismo. Conotado com a irreverência jacobina, a figura cumpria a finalidade de dar visibilidade às instituições políticas fundadas na Carta Constitucional, de 1826. Assim, enraizava-se definitivamente, à luz das especificidades do regime cuja corte irrequieta garantia pertinência às funções críticas desta figura que "inimigo da ditadura" verberava contra déspotas e ditadores em tom desafiante das autoridades policiais. Tal era o Carnaval de Lisboa: arruaceiro, original e pitoresco, produto genuíno da recepção popular ao ideário liberal.

Em finais do séc. XIX, mais concretamente no rescaldo da crise financeira de 1891-1893, o carácter excessivo das festividades lisboetas angariava o ensejo das autoridades municipais em reconstruir a festa pagã na capital. Tratava-se de civilizar o Entrudo, desordem periódica de um povo "ordeiro, pacífico, policiado e oprimido que durante três dias no ano desafogava rumorosamente, tumultuariamente, as suas amarguras"[40]. A reconversão forçada dos hábitos festivos inspirava incidentes reactivos, protagonizados no espaço público, por resistentes e respectivas tropelias. Contudo, a antevisão do ocaso restabelecia elos de transversalidade ancestrais em torno do Carnaval: a "reacção não foi só popular – a nobreza quis, nesta hora histórica, acompanhar o seu aliado e deu em S.Carlos uma batalha já célebre, a batalha das sanduiches", ocorrida com a cumplicidade indisfaçável de D.Carlos cujo sorriso irónico era retido pela observação do cronista[41].

Sucumbia o "Carnaval romântico", a contragosto dos foliões lisboetas, ou não, eivados da atmosfera festiva da cidade, conforme o exemplo dado pelo Conde Tattembach, o ministro plenipotenciário alemão em Lisboa, um dos protagonista principal do "batalha da sanduiches". Decerto, por oposição à "batalha das flores", festividade cuja civilidade inquestionável dificilmente congregava as atenções do público lisboeta. Ao invés, o comércio expandia-se, industrializando a efeméride que, de pagã, assumia uma dimensão de "batalha de anúncios"[42].

39 Idem, ibidem. II vol., Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1906, p. 150.
40 Idem, p. 153.
41 Idem, ibidem. III vol., Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1907, p. 144-145
42 Idem, p. 148.

Expressões culturais na Lisboa revolucionária

As crónicas "despretenciosas" de Carlos Malheiro Dias, entre 1904 e 1910, subentendiam uma dimensão revolucionária à evolução política nacional, a qual suportava e largamente justificava uma teia complexa de alterações substantivas na dinâmica cultural de Lisboa. As perspectivas de ruptura institucional, concebidas enquanto matriciais da decadência paulatina da sociedade portuguesa e, por extensão, da realidade lisboeta, avalizavam os entendimentos do cronista sobre a iminência de uma transformação de vulto.

Nesta cadência analítica, o ano de 1906 conotado com o advento do consulado franquista, constituía um momento de viragem na sociedade portuguesa, transmitido nos textos de Malheiro Dias como prelúdio de novos tempos. "A vida de Lisboa parece, todavia, apagar-se. Nos salões, nos cafés, nos teatros como na Arcada e nas antecâmras dos ministros, só se fala de política. Não há um acontecimento dominante, que sobrenade nesta corrente geral de boatos e de intrigas, de murmurações e de ameaças que submerge todos os pequenos incidentes que são a fortuna do cronista"[43]. Todavia, as reacções da Lisboa mundana ao perfil económico moralizante do presidente de ministério interessavam sobremaneira a Malheiro Dias, conforme a evidência das contradições entre os objectivos do executivo e a multiplicação de efemérides festivas e divertimentos em Lisboa[44].

Nesta atmosfera, também insurreccional, o autor observava a consolidação de tendências esboçadas no início da década. Referia-se, em particular, ao recuo paulatino do lisboeta comum face ao teatro, uma realidade tão mais significativa quanto "o lisboeta não tem casa. Tem uma habitação, tem um andar onde almoça, onde janta, onde dorme. A noite do ano em que os teatros mais dinheiro ganham é a noite de Natal"[45], uma circunstância que justificava o elevado número de teatros em funcionamento na capital em 1907. Longe de se circunscrever a uma faixa etária específica, a ligação entre o lisboeta e o teatro iniciava-se na infância. "Toda a criança de Lisboa, com excepção das muito pobres ou das muito ricas, principia a ir ao teatro aos seis meses. Aos seis anos, toda a criança alfacinha, digna desse nome, viu representar o Hamlet pelo actor Brazão, viu cantar Boccacio, pela actriz Palmira Bastos, viu dançar o cancan a Mercedes Blasco […]. Aos seis anos, a criança de Lisboa tem, em questão de teatros, uma opinião"[46].

[43] Idem, p. 159.
[44] Idem, p. 220.
[45] Idem, p. 265.
[46] Idem, pp. 306-307.

Curiosamente, esta adesão espontânea do lisboeta ao teatro não se reflectia no contexto desse espaço onde, intimidado no confronto com as classes mais favorecidas, diluía-se silencioso na sala de espectáculo em assento compatível com o seu poder de compra. Conduta díspare observava-se noutros ambientes lúdicos da cidade, em especial do Coliseu dos Recreios, às Portas de Santo Antão cujo êxito inspirava a remodelação de outras casas de espectáculo similares em Lisboa. Esta mutação de hábitos correspondia, na visão do cronista, a uma mudança qualitativa nos critérios subjacentes à dimensão lúdica do espectador. "O público que vai admirar ao Coliseu não é a dançarina emérita, mas a cortesã real tão favorecida pelos reis caducos como pelos príncipes adolescentes [...]. Dantes, ia-se ao circo para rir. Hoje vai-se ao circo para estremecer"[47].

Aos olhos de Carlos Malheiro Dias, a sedução exercida pelo perigo nas massas populares, sem desprimor das ideias de coragem, de força ou energia, eram demonstrativas do esmorecimento por valores fundamentais, o respeito pela vida humana e contribuiam para "desorientar as consciências rudimentares das maiorias" ao invés de "lhes educar o ânimo na intrepidez e na audácia"[48].

Esta Lisboa dos teatros, dos coliseus e dos circos, a mesma que frequentava as feiras da cidade – de Belém ou do Campo Grande – e alimentava a centena de associações de música existentes na capital, mantinha uma relação distanciada com o animatógrafo durante a primeira década do séc. XX. O recurso ao cinema resultava excepcional, justificada exclusivamente pelo período de encerramento das casas de espectáculo da capital. Funcionava para o lisboeta como um subterfúgio possível, não diverso dos espectáculos de bailarinas espanholas ou cançonetistas francesas que afluíam a Lisboa na época baixa[49].

Implantada a República, o carácter transitório, eivado de sazonalidade, cedia espaço à dimensão perene com repercussões devastadoras para a actividade teatral em Lisboa[50]. Sob a égide do regime republicano, o teatro atravessava um período de crise, dificilmente justificável com uma alteração pontual das opções lúdicas associada à ruptura institucional e política ocorrida em Outubro de 1910. Em meados de 1913, o cronista procurava explicações para este fenómeno, as quais descobria nos domínios económico e cultural da sociedade lisboeta: "o público encontrou no cinema um espectáculo rápido, acessível à sua incultura e à sua bolsa. O campo do teatro vai-se restringindo progressivamente"[51]. Decerto, tratava-se de

47 Idem, p. 138-139.
48 Idem, p. 141.
49 Idem, pp. 267-268.
50 Idem, "Carta de Lisboa", *Comércio do Porto*. Ano LX, nº 147, 22 de Junho de 1913, p. 1.
51 Idem.

uma consequência do agravamento das condições de vida na capital, nos anos de 1911 e 1912, actuante num contexto cultural pré-existente. Plausível, a justificação sumária de um fenómeno complexo não correspondia aos objectivos de amplo entendimento sobre a realidade lisboeta para a qual Carlos Malheiro Dias perscrutava novas hipóteses.

O exercício comparativo com a sociedade francesa proporcionava uma apreciação distanciada sobre a correlação entre a qualidade da dramaturgia e a afluência de público aos teatros. As conclusões desta análise proporcionavam ao cronista elementos adicionais para a compreensão da crise do teatro lisboeta, amplamente frequentado antes de 1910, a saber, a debilidade da oferta teatral de Lisboa durante a primeira década do século. "Mas desde que, por um lado, se subalternizou a beleza literária do diálogo e a concepção filosófica do drama perante as habilidades da fábula dramática e, por outro, à decadência literária da cena correspondeu a decadência dos intérpretes, o caminho achava-se aberto ao triumfo facílimo do drama mínimo"[52].

No caso português, especificamente o lisboeta, o cinema encontrava campo vasto de propagação bem sucedida, angariando indistintamente segmentos diferenciados de público. Em suma, "o que sucedeu era fatal e se de todo o cinematógrafo não arruinou os teatros de Lisboa, contra eles está movendo a mais séria concorrência do que em qualquer outra cidade da Europa"[53].

Conclusão

Em Julho de 1913, cessavam as "Cartas de Lisboa" no *Comércio do Porto*. As convicções monárquicas de Carlos Malheiro Dias tornavam-se inconciliáveis com o regime republicano, largamente empenhado em difundir a imagem ordeira das instituições implantadas em Outubro de 1910. Tal facto significava, para o cronista de Lisboa, a suspensão das suas colaborações com os periódicos brasileiros, a principal fonte de subsistência do autor desde 1912.

Em Novembro de 1913, Carlos Malheiro Dias embarcou para o Brasil, país de exílio onde permaneceu até 1935. Contrafeito com a partida, afirmava-se disposto a manter acesa a oposição à República, uma arquitectura institucional entendida como desfavorável aos interesses nacionais e, potencialmente, penalizadora dos mesmos no contexto da Paz Armada bem como da animosidade crescente da Espanha. Tais propósitos de intervenção política, mas

[52] Idem.
[53] Idem.

também social, não se viriam a concretizar durante os anos de ausência, pontuados por deslocações sumárias a Portugal. O âmago dos interesses de Carlos Malheiro Dias concentrava-se na produção historiográfica, nas relações luso-brasileiras e, não menos relevante, nas actividades associadas à colónia portuguesa radicada no país de acolhimento. De igual forma, o fascínio e atenção à capital soçobravam perante a distância geográfica; contudo, a Lisboa descrita nas suas idiossincracias e vivências culturais entre os anos de 1904 e 1913, cedia espaço a uma urbe caracterizada pelo carácter insurrecional latente e propensa a movimentos colectivos violentos.